

Contribuição do Setorial de Cultura de São Paulo ao 7o congresso do PSOL (2021)

Embora a cultura jamais tenha ocupado um espaço central no debate político, não se pode ignorar que ela representa um campo em que o capitalismo contemporâneo exerce, cada vez mais e com maior voracidade, sua ação predatória. Pelo menos desde os anos 1940, quando surgiram os primeiros grandes estudos sobre a indústria cultural, a investigação nesta área revela a imbricação profunda entre a produção de bens simbólicos e o funcionamento da sociedade de mercado, da alienação e do consumo de massa. No Brasil atual, marcado por múltiplas dependências típicas de um país periférico, o colonialismo cultural é o resultado da nossa formação social, caracterizada pela escravidão, pela brutalidade e vulgaridade das elites, pela desigualdade social e pelo oligopólio na mídia.

Chocam-se, então, duas concepções de arte e cultura. Uma reconhecida como valor civilizacional, capaz de trabalhar pela emancipação humana. E, em contraposição, existe outra concepção de cultura, gestada, parida e sustentada pelo capitalismo, onde valem as leis da competição e do mercado.

A cultura é o meio por onde as relações entre as pessoas e entre elas e a natureza tecem sentidos e significados. É na e pela cultura que as percepções de pertencimento e historicidade se constituem e ganham densidade e amplitude. Por isso, cultura e política se entrelaçam e se penetram sendo esta a expressão conjuntural de poder organizada daquela.

Enquanto objeto e campo de luta política entre as classes, a cultura pode ser tanto o instrumento de domínio e fetichização de uma classe sobre a outra, quanto o espaço de formação da percepção de emancipação humana. Por não se tratar de “significados”, “símbolos” e “representações” abstratos, a cultura faz parte da vida cotidiana pela sobrevivência de homens e mulheres. Neste sentido, a luta política da cultura atravessa a vida humana desde os mais elaborados artefatos artísticos até as tarefas mais cotidianas, como as formas de vestir-se, cozinhar e socializar. A amplitude da cultura obriga a todos que queiram empreender a luta política revolucionária através dela a pensar para além das políticas públicas reformistas, ainda que estas façam parte, em alguma medida, de demandas importantes do imediato.

Neste sentido, o setorial de cultura do PSOL do estado de São Paulo considera que as ações de política cultural devem, de acordo com as diretrizes políticas gerais enunciadas acima, envolver de forma democrática a sociedade civil organizada em torno da arte e da cultura, procurando, ainda, ampliar o diálogo com o conjunto da sociedade brasileira. Estas iniciativas de democratização radical devem incluir não apenas acompanhamento, discussões e estudos, mas mecanismos que garantam o compartilhamento efetivo do poder decisório.

Todas as políticas anteriores na área cultural, incluindo os governos do chamado ciclo progressista (2003-2016), foram largamente insuficientes neste aspecto, concentrando poder nas estruturas habituais do executivo e simulando a participação através de conselhos, conferências e outros mecanismos pouco eficientes para a efetiva democratização da elaboração e da gestão culturais. Contudo, entendemos a importância de fortalecer, ainda que com olhar crítico, o Sistema Nacional de Cultura, resultado de

políticas deste período, como ponte para iniciarmos esse trabalho de ampliação da participação social e de mudança no modelo de financiamento público da cultura. E, igualmente importante, convocar nossos representantes no parlamento a exercer um amplo debate sobre esta pauta junto aos movimentos de cultura, em âmbito federal, estadual e municipal.

Já não é sem hora de compreender o papel nefasto dos novos modelos de negócios no âmbito da cultura, incorporados ao cotidiano social e político do país, que foram mantidos – e mesmo intensificados – através de mecanismos como a renúncia fiscal e a entrada de vez do conceito de “economia criativa” no seio do antigo Ministério da Cultura durante os governos de coalizão do PT.

O PSOL deve defender que o Estado brasileiro seja o indutor de uma política pública de cultura inclusiva, democrática e emancipadora, contraposta às dinâmicas e às lógicas mercantis, definida por princípios como a diversidade, a inversão das atuais prioridades, a democratização das formulações e da gestão. Nesta nova política cultural não cabe o modelo da renúncia fiscal como vem sendo praticada por todos os governos até aqui. A vida cultural não pode ser decidida por departamentos de marketing das empresas. Os impostos devem ser usados com critérios sociais, transparência e ampla participação popular. Nossas políticas devem, portanto, caminhar no sentido da construção da soberania popular.

Somente um projeto inédito, criativo e radical pode resistir ao canto das sereias das economias criativas e sua ideologia do empreendedorismo, do soft power e da monetização cultural. Em uma sociedade desigual, a produção e o acesso à arte e à cultura são também desiguais. Por isso, uma política pública cultural de esquerda deve ser emancipadora e inverter as atuais prioridades. Onde só o centro era a vez, agora é também a vez da periferia. Uma nova política cultural precisa ser mais negra, mais feminina, mais indígena, mais LGBTQIA+, mais descentralizada, mais democrática. Nossas cidades são plurais e nossa cultura deve ser plural.

Defendemos o estabelecimento de princípios organizativos que levem os trabalhadores e as trabalhadoras a compreenderem a importância da apropriação de sua produção, tal como abordou Walter Benjamin, o que se dá por meio de: 1) o trabalho colaborativo e cooperativo; 2) o respeito às diversas funções de trabalho sem hierarquizá-las e; 3) a remuneração justa e sem exploração de qualquer forma do trabalho.

Vivemos uma convergência de crises, e a pandemia atual mostrou a centralidade da questão artística e cultural. Tivemos um papel ativo nos movimentos sociais e nos parlamentos estaduais, municipais e federal, propondo e defendendo leis emergenciais que mitigam os efeitos devastadores da Covid-19. Somos a favor da existência destas políticas emergenciais enquanto trabalhadores da cultura estiverem impossibilitados de voltar ao trabalho por conta da pandemia. Estas iniciativas não podem, entretanto, substituir uma ampla política cultural para o país que seja estruturante, acessível e realmente democrática.

A arte e a cultura compõem um universo privilegiado para apresentar as contradições do capitalismo, inclusive em sua versão neoliberal, expondo suas mazelas sociais e apontando para a desnaturalização das relações de exploração e opressão.

Assim, cabe ao Psol, a criação e construção de políticas culturais de vanguarda, menos burocráticas, mais acessíveis e que dialoguem com as reais demandas daqueles que sempre foram excluídos dos debates das políticas públicas para o setor.

São Paulo, maio de 2021

Aberto para assinaturas em:

<https://docs.google.com/forms/d/1O-MVCHOarpEPhSNTqSKwoF8hsyGNXiexZP9MyVcHm4Q/>